

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA DE ENGENHARIA - D.E Nº 151/2020 - DJ/NOVACAP, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP E A EMPRESA EDILSON JANUÁRIO TEIXEIRA - ME.

A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, Empresa Pública do Distrito Federal, criada pela Lei nº 2.874, de 1956, e reestruturada pela Lei nº 5.861, de 1972, inscrita no CNPJ nº 00.037.457.0001-70, com sede no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, Brasília/DF, CEP 71.215-000, representada por seu Diretor-Presidente, **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, e por sua Diretora de Edificações **VIRGÍNIA CUSSI SANCHEZ**, brasileira, casada, engenheira civil, ambos residentes e domiciliados em Brasília/DF, doravante denominada NOVACAP e a empresa **EDILSON JANUÁRIO TEIXEIRA – ME**, estabelecida no Setor Habitacional Vicente Pires, Chácara 25 Lote 08 C, Guará/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 12.058.887/0001-58, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **EDILSON JANUÁRIO TEIXEIRA**, portador da CI Nº 682.108 SSP/DF, inscrito no CPF sob Nº 327.170.241-15, residente e domiciliado em Vicente Pires/DF, conforme atos constitutivos Certificado de Registro Cadastral de Habilitação de Firms (Doc. SEI/GDGF nº [37958544](#) p.6 e 7), resolvem firmar o presente Contrato, tendo em vista o Parecer nº 54/2020 - NOVACAP/PRES/AUDIT (Doc. SEI/GDF nº [40799672](#)), o Voto da Senhora Diretora de Edificações (Doc. SEI/GDF nº [41754688](#)), e a Decisão da Diretoria Executiva da NOVACAP (Doc. SEI/GDF nº [41759158](#)), constantes do **PROCESSO SEI/GDF Nº 00112-00023308/2019-10**, vinculando-se as partes aos dispositivos do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada de engenharia para execução da obra de construção da Escola Classe da Quadra 203 localizada no Itapoã, Q 203, Del Lago II, em Itapoã/DF, conforme especificações, exigências, condições, e quantidades estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 023 / 2019 – ASCAL/PRES, e seus anexos (Doc. SEI nº [33466014](#)), e na proposta apresentada (Docs. SEI/GDF nºs [37958756](#) e [37958917](#)), todos constantes do Processo SEI/GDF nº 00112-00023308/2019-10, os quais são parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO.

2.1. Na execução do presente CONTRATO é vedado à NOVACAP e ao CONTRATADO e/ou seu empregado ou qualquer representante:

i) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

ii) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente ser emitido em até 5 (cinco) dias após o recebimento da documentação fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA-DO INÍCIO

O Prazo de início da obra será de até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total para o presente contrato é de **R\$ 8.389.197,25 (oito milhões, trezentos e oitenta e nove mil cento e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos)**.

4.2. Os pagamentos serão realizados mensalmente pela NOVACAP diretamente à CONTRATADA, mediante a apresentação de Notas Fiscais/Faturas, por serviços executados de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado e seguindo o procedimento previsto na Seção X do Capítulo I do Título IV do REGULAMENTO.

4.3. A CONTRATADA deverá solicitar o faturamento através do Livro de Ordem e somente após autorização da Fiscalização expressa no Livro poderá emitir a fatura.

4.4. O pagamento será realizado mediante emissão de Ordem Bancária - OB junto ao Banco de Brasília S/A, em Brasília-DF, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do atesto da Nota Fiscal, que deverá ser emitido em até 05 (cinco) dias após o recebimento da documentação fiscal.

4.5. Para que o pagamento possa ser liberado, a CONTRATADA deverá apresentar junto à Seção de Tesouraria os documentos abaixo relacionados:

I – inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – inscrição no cadastro de contribuintes estadual, do Distrito Federal ou municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

III – regularidade com a Fazenda do Distrito Federal para todas as licitantes, e regularidade com a Fazenda do município e do respectivo estado, para as licitantes com sede ou domicílio fora do Distrito Federal;

IV – regularidade com a Fazenda Nacional, por meio de certidão expedida pela Receita Federal;

V – regularidade com o INSS, por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débito-CND, ou instrumento equivalente;

VI – regularidade com o FGTS, por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS ou instrumento equivalente, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

VII – apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT para comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, expedida eletronicamente, por meio do sítio WWW.tst.jus.br/certidao, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.6. A NOVACAP poderá reter créditos devidos à CONTRATADA para evitar prejuízos decorrentes de inadimplemento quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultantes da execução do Contrato.

4.7. A extinção do prazo de vigência do Contrato não impede ou prejudica o processamento do pagamento das parcelas ou dos objetos devidamente executados.

4.8. A paralisação da execução do Contrato nas hipóteses previstas na matriz de riscos suspende o pagamento, que será normalizado com a regularização da hipótese ensejadora.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1. O prazo máximo para a execução e conclusão da obra será de **360 (trezentos e sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA;

5.2. O prazo de vigência é de **450 (quatrocentos e cinquenta) dias corridos**, contados a partir da data de sua assinatura e publicação de seu respectivo extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRORROGAÇÃO

6.1. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado, nos termos do Art. 125 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

6.2. A prorrogação do prazo de vigência do contrato será efetuada mediante termo aditivo, após análise da ASJUR/PRES.

6.3. A prorrogação de que trata este artigo, ocasionada por razões de interesse da Contratada, não enseja a revisão da cláusula financeira do Contrato.

6.4. Na hipótese de o atraso nos prazos do objeto do contrato decorrer de culpa da Contratada, os prazos poderão ser prorrogados, a critério da NOVACAP, aplicando-se à CONTRATADA, neste caso, as sanções previstas no Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irremovíveis, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/95. Ultrapassado esse período, os mesmos poderão ser reajustados anualmente, de forma automática, nos termos da Lei nº 10.192/2001, adotando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, apurado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para equipamentos e; Custo da construção – municípios das capitais – base: ago. 94 = 100 - Brasília - Col. 18 ou Custo nacional da construção civil e obras públicas – por tipo de obras – outros tipos de obras - Edificações - Col. 35, o que for mais vantajoso à Administração, ambos apurados pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE/FGV, para demais serviços e itens;

O marco inicial para contagem da periodicidade de um ano, para efeito de reajuste será a data da apresentação da proposta.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DA OBRA E SERVIÇOS

8.1. O recebimento do objeto será feito após sua conclusão, e solicitação da CONTRATADA, pelo fiscal responsável, pelo Chefe da Fiscalização e pelo representante do órgão contratante da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA e na forma do Termo de Referência.

8.2. O recebimento definitivo será realizado no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, a contar da lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por Comissão a ser designada pela Diretoria de Edificações/NOVACAP, devendo a CONTRATADA, nesta oportunidade, apresentar comprovante de quitação dos débitos perante a Previdência Social e na forma do Termo de Referência.

8.3. Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, opera para a Contratada o compromisso disposto no art. 618 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA NONA – DA FONTE DE RECURSOS.

A despesa decorrente do presente contrato correrá à conta do **Programa de Trabalho 12.361.6221.5924.9330** – Construção de Unidades de Ensino Fundamental nas Regiões Administrativa do

– Distrito Federal – **Natureza da Despesa 44-90-51, Fonte 510** – Contemplado no objeto do Convênio nº 37/2019 (Doc. SEI/GDF nº [25357483](#)) com previsão estimada de **R\$ 9.542.830,39 (nove milhões, quinhentos e quarenta e dois mil oitocentos e trinta reais e trinta e nove centavos)** conforme disponibilização Orçamentária, SEI-GDF (Docs. SEI/GDF nºs [32080186](#) e [32083782](#)). No presente Convênio nº 37/2019 (Doc. SEI/GDF nº [25357483](#)), foi consignado na proposta orçamentária da TERRACAP para o ano de 2020 o valor de R\$ 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil reais), conforme Ofício SEI/GDF Nº 162/2019 - TERRACAP/PRESI/DITEC (Doc SEI/GDF nº 32083782). **Nota de Empenho nº 0723/2020, Classif. Economica: 4490.51, Fonte de Recurso: 006**, datada de 07/12/2020, no valor de **R\$ 630.867,63 (seiscentos e trinta mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta e três centavos)**, Doc. SEI/GDF nº [53008195](#), ambos emitidos pela Diretoria Financeira da NOVACAP.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA.

10.1. Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos deste Contrato, a Contratada deverá recolher a quantia correspondente a **05% (cinco por cento)** do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou seguro garantia..

10.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA, com correção monetária.

10.3. A garantia deverá cobrir todo o prazo contratual, acrescido de 03 (três) meses e deverá ser renovada a cada prorrogação contratual.

10.4. A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia. A não observação deste prazo acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), e o atraso superior a 28 (vinte e oito) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

10.5. A garantia prestada será executada pela NOVACAP no caso de a rescisão do Contrato ser determinada por ato unilateral, para ressarcimento e indenizações devidos.

10.6. O valor da multa aplicada será descontado da garantia, após regular processo administrativo.

10.7. Na hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela CONTRATADA, responderá a mesma pelo pagamento da diferença do valor apurado, que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP.

10.8. Caso a garantia seja utilizada pela NOVACAP para ressarcimento de qualquer obrigação da Contratada, a nova prestação deverá ser efetuada no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data da comunicação do fato.

10.9. A garantia de execução do Contrato ou seu saldo se houver, somente será devolvida à CONTRATADA após o cumprimento integral das obrigações contratuais por ela assumidas.

10.10. Para assinatura de aditivo contratual de prorrogação de prazo, a CONTRATADA deverá apresentar prorrogação da garantia prestada em fiança bancária ou seguro-garantia referente ao período de prorrogação do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

11.1. I - Para garantir o fiel cumprimento do presente Contrato a NOVACAP se obriga a:

1. Efetuar o pagamento na forma estabelecida na Cláusula Terceira do presente Contrato;
2. Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato, bem como sobre multas, penalidade e/ou quaisquer débitos de sua responsabilidade;
3. Acompanhar e fiscalizar as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA;

4. Indicar o executor do Contrato para os fins do Art. 41 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010;

5. Atender as obrigações contidas no Edital e seus anexos.

11.2. II – Para garantir o fiel cumprimento do presente Contrato a CONTRATADA se obriga a:

1. A cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital, Termo de Referência e seus anexos;

3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Edital, Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias que antecede a data de início dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela NOVACAP, durante a realização do Contrato;

7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. Prestar o serviço no prazo e quantitativo conforme solicitado pelo executor.

9. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados por técnicos (empregados) e/ou acidentes causados por terceiro, bem como pelo pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação do serviço;

10. Responsabilizar-se pelas eventuais despesas decorrentes do objeto contratado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) anexo(s) do ato convocatório.

11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que ocorrer vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

12. Zelar pela execução dos serviços com qualidade, perfeição e pontualidade;

13. Responder pelos danos causados direta ou indiretamente à fiscalização da NOVACAP;

14. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento;

15. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16. Não contratar trabalho infantil, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e do Decreto nº 6.481, de 2008, que regulamenta os Arts. 3º e 4º da Convenção nº 1882 da OIT.

17. Atender as obrigações contidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a NOVACAP poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 02(dois) anos.

12.2. O valor da multa a ser aplicada, bem como o procedimento para aplicação de sanções pela NOVACAP serão aqueles previstos no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES.

13.1. O Contrato poderá ser alterado, mediante termo aditivo, com as devidas justificativas, nos casos e condições previstas na Seção VI do Capítulo I do Título IV do REGULAMENTO.

13.2. O Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II - quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites referidos no Parágrafo Segundo desta Cláusula;

III - quando conveniente à substituição da garantia de execução;

IV - quando necessária à modificação do regime de execução da obra ou serviço, e do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

V - quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

VI - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

13.3. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de fornecimento de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), do valor inicial atualizado do contrato e seus acréscimos.

13.4. Os acréscimos ou supressões não poderão exceder os limites acima, salvo os casos resultantes de acordo entre as Partes.

13.5. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais serão pagos pela NOVACAP pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

13.6. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, e/ou a superveniência de disposições legais, ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.7. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, a NOVACAP deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

13.8. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, e o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e poderá ser registrada por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

13.9. Ficam vedadas as alterações contratuais que resultem em afronta ao dever de licitar e ao caráter competitivo da licitação.

13.10. Ocorrendo alterações contratuais para fins de fixação de novos preços de insumos e serviços a serem acrescidos ao contrato, será mantido o mesmo percentual de desconto oferecido pelo contratado na licitação ou no processo de contratação direta.

13.11. Se no contrato não forem contemplados preços unitários para obras, serviços ou bens, estes serão estabelecidos mediante acordo entre as partes, de acordo com os limites estabelecidos no Parágrafo Segundo desta Cláusula;

13.12. O acréscimo de novos itens ao Contrato será permitido por razões supervenientes à licitação, mediante justificativa e desde que estejam acompanhados de pesquisa de preços compatível com os valores praticados no mercado e da viabilidade técnica e executiva do projeto.

13.13. A forma de pagamento poderá ser alterada pela NOVACAP por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial do contrato, atualizado, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obras ou serviços.

13.14. Caso ocorra a supressão de quantitativos em obras, serviços ou bens pela NOVACAP ficam assegurados o direito ao ressarcimento de eventuais custos por despesas de aquisição e disponibilização de materiais e bens no local da execução realizada pela Contratada.

13.15. É vedada a prática de compensações financeiras entre acréscimos e supressões, concomitantemente, devendo ser calculados em separado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO.

14.1. O Contrato poderá ser rescindido, ante os motivos, as formas e as consequências dispostas no Edital, no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e na legislação pertinente.

14.2. O Contrato será rescindido de forma unilateral, ante os seguintes motivos:

I – não cumprimento reiterado de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

II – cumprimento irregular reiterado de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – lentidão na sua execução que comprometa a conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV – atraso injustificado para o início da obra, do serviço ou do fornecimento;

V – paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e sem prévia comunicação à NOVACAP;

VI – subcontratação total ou parcial do seu objeto em desacordo com o Edital, respeitado ainda o disposto no Art. 78 da Lei nº 13.303, de 2016;

VII – cessão ou transferência, total ou parcial do objeto;

VIII – fusão, cisão ou incorporação, não admitida no Edital e no contrato;

IX – desatendimento reiterado das determinações regulamentares do fiscal ou do gestor do contrato e dos seus superiores;

X – cometimento reiterado de faltas na sua execução;

XI – decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do contratado;

XII – dissolução da empresa contratada ou o falecimento do contratado, se pessoa física;

XIII – alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

XIV – razões e interesse público, de alta relevância e de amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade máxima da NOVACAP;

XV – acréscimo ou a supressão, por parte da NOVACAP, de obras, serviços ou compras, acarretando alteração do valor inicial do Contrato além do limite permitido no Art. 81, §§ 1º e 2º, da Lei nº 13.303, de

2016;

XVI – materialização de evento crítico previsto na matriz de riscos, que impossibilite a continuidade do Contrato;

XVII – ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVIII – descumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

XIX – não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XX – perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da sua execução;

XXI – prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846, de 2013;

XXII – prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou a reputação da NOVACAP direta ou indiretamente;

XXIII – utilização do Contrato para qualquer operação financeira por parte da Contratada;

14.3. A rescisão unilateral por qualquer das Partes deve ser informada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

14.4. O Contrato poderá rescindido de forma amigável, por acordo entre as partes.

14.5. Este Contrato tem validade a partir da assinatura de todas as partes contratantes, considerando-se para efeito de contagem de prazos a data da última assinatura, e eficácia legal, após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO.

O extrato do presente contrato será publicado a expensas da NOVACAP, no Diário Oficial do Distrito Federal, atendendo-se ao princípio da publicidade elencado no art. 37 da Constituição Federal e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO.

Elegem as partes o Foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas porventura oriundas do presente contrato, se esgotadas as vias amigáveis.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE

DIRETOR-PRESIDENTE

VIRGÍNIA CUSSI SANCHEZ

DIRETORA DE EDIFICAÇÕES

EDILSON JANUÁRIO TEIXEIRA – ME:

EDILSON JANUÁRIO TEIXEIRA



Documento assinado eletronicamente por **EDILSON JANUARIO TEIXEIRA, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 15:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDILSON JANUARIO TEIXEIRA, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 15:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VIRGINIA CUSSI SANCHEZ Matr - 0973483X, Diretor(a) de Edificações da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 31/12/2020, às 11:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 04/01/2021, às 10:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=53161444)
verificador= **53161444** código CRC= **0981D812**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF